



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
DIRETORIA DE CONCESSÃO FLORESTAL E MONITORAMENTO
COORDENAÇÃO GERAL DE CONCESSÃO FLORESTAL
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL

Ministério A P E Abastecimento ED. SEDE, 20 ANDAR, SALA 234 000000, Bloco D, 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa – Telefone:
CEP 70043900 Brasília/DF

APOSTILA SFB Nº 22/2022

PROCESSO Nº 02209.008714/2015-40

Contrato de Concessão Florestal nº 03/2015

Concedente: União, por intermédio do Serviço Florestal Brasileiro

Concessionário: Patauá Florestal Ltda. - EPP

Objeto: Registro de Termo de Parcelamento de valores inadimplidos pelo concessionário florestal, decorrentes de operações previstas no Contrato de Concessão Florestal nº 03/2015, relativo à Unidade de Manejo Florestal (UMF) III, da Floresta Nacional de Altamira.

(1) fica estabelecido o Termo de Parcelamento de Valores Inadimplidos (TPVI) Nº 05/2022, após solicitação do concessionário florestal Patauá Florestal Ltda. - EPP, de parcelamento do saldo inadimplido em 2 (duas) parcelas.

(2) o cálculo do valor da dívida consolidada soma as seguintes parcelas:

I - cada valor original inadimplido pela concessionária;

II - multa de mora de 2% (dois por cento) calculada sobre cada valor original inadimplido;

III - juros de 1% (um por cento), calculados sobre cada parcela, relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado; e

IV - juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados sobre cada parcela do valor histórico original a partir do mês subsequente ao do vencimento até o mês da celebração do Termo de Parcelamento.

(3) o valor monetário de cada parcela consolidada, sobre o qual incidirão acréscimos legais para pagamento, corresponde ao resultado da divisão do valor da dívida consolidada pelo número de parcelas acordado.

(4) o montante da dívida consolidada no mês de dezembro de 2022 é de R\$ 911.912,42 (novecentos e onze mil novecentos e doze reais e quarenta e dois centavos).

(5) o concessionário florestal concorda em saldar o total da dívida consolidada em 2 (duas) parcelas de igual valor, às quais serão somados os valores dos devidos acréscimos legais, com vencimentos em 2 (dois) meses consecutivos.

(6) cada parcela da dívida consolidada a pagar, com os devidos acréscimos legais, vence no último dia útil do mês acordado no Termo de Parcelamento.

O ajuste pactuado, objeto de registro neste instrumento, encontra-se em conformidade com o disposto na Resolução SFB nº 17, de 16 de fevereiro de 2022, na Resolução SFB nº 19, de 31 de outubro de 2022, no contrato de concessão florestal e nos autos do processo em referência.

(assinado eletronicamente)
DAYANA PEREIRA XAVIER DA SILVA
Diretora-Geral Adjunta Substituta
Serviço Florestal Brasileiro



Documento assinado eletronicamente por **DAYANA PEREIRA XAVIER DA SILVA, Diretora-Geral Adjunta Substituta**, em 28/12/2022, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25729794** e o código CRC **F6A5DD1D**.

Referência: Processo nº 02209.008714/2015-40

SEI nº 25729794